

Brasil não vai ficar fora do Plano Brady

CORREIO BRAZILIENSE

- 3 ABR 1989

Washington — O ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, confirmou ontem que o Brasil não está excluído do Plano Brady (do secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, para redução da dívida do Terceiro Mundo). O ministro informou que a embaixada brasileira em Washington recebeu garantias do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, nesse sentido.

Mailson deu essa informação durante encontro do Grupo dos 24, que reúne as nações endividadas do Terceiro Mundo, e se realiza na sede do Fundo Monetário Internacional. Paralelamente, ocorreu a reunião do Grupo dos Sete, formado pelas nações desenvolvidas (Estados Unidos, França, Japão, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, Canadá e Itália), em uma fazenda no Estado da Virgínia. Essas reuniões são preparatórias à reunião anual do Banco Mundial e do FMI, que começa hoje.

O ministro da Fazenda tentou desfazer o que chamou de "mal-entendido, que nós até hoje não compreendemos por que é que houve", em relação às dificuldades de o Brasil se beneficiar do alívio da dívida proposto pelo Plano Brady. Ele afirmou que, nos contatos mantidos entre a Fazenda e o Tesouro americano, o País não só recebeu garantias de

que tem condições de se beneficiar do Plano, mas também foi estimulada a montagem, o quanto antes, de um programa para a redução do estoque da dívida. Ele acrescentou que o Brasil já iniciou contatos informais com bancos, visando a esse programa. "Estamos sentindo o ambiente", disse.

CONTOVERSA

O "mal-entendido" começou com uma declaração do secretário-assistente do Tesouro, David Mulford, que, ao comentar o Plano Brady com a imprensa internacional, declarou que o Brasil não seria beneficiado de imediato. Em sua opinião, o País havia conseguido facilidades semelhantes às propostas por Brady em um acordo recém-firmado.

O próprio Mailson enfatizou que tudo não passou de "mal-entendido mesmo", uma vez que o acordo celebrado pelo Brasil em 1988 já contém mecanismos que constam do Plano Brady.

Segundo interpretação da embaixada brasileira em Washington do texto da entrevista concedida por David Mulford — e repassada a Mailson, em Brasília — "o Brasil já tem isso, e deve fazer uso desses *waivers* que fazem parte do acordo".

Na reunião de Washington, segundo o ministro, por enquanto

apenas "circulam idéias de quanto cada país pode fazer de redução de dívida externa, quanto cada país pode avançar, quanto cada país imagina que deveria ser o seu programa".

Perguntado sobre quanto ele imagina de redução para o Brasil, Mailson se esquivou dizendo "o máximo possível". Pressionado no sentido de mencionar um número, Mailson apenas disse que a redução "é aquele valor que for compatível". Se mais de 20 por cento ou menos de 20 por cento (o valor médio da redução, tal qual previsto pelo Plano Brady), o ministro não quis dizer. Preferiu manter o mistério, dizendo apenas que "nós temos uns números aí, mas isso não se anuncia", rindo quando o repórter sugeriu que eles poderiam encolher.

Em comunicado divulgado ontem, os países do Terceiro Mundo reafirmaram que a situação econômica é crítica porque o serviço da dívida é "elevado e insustentável" e também porque a remessa de divisas, para pagamento do serviço das dívidas, constitui uma "imensa limitação" às perspectivas de desenvolvimento dessas nações. "A resolução do problema da dívida é fundamental para que se consiga efetuar com êxito os programas de ajuste estrutural", diz a nota.

Sem mencionar diretamente o Plano Brady, os ministros do Grupo dos 24 elogiaram as medidas recentemente anunciadas, fazendo votos de que entrem em vigor o mais rápido possível, com o apoio do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

O professor de economia da Universidade de Harvard e assessor da Bolívia, Jeffery Sachs, disse acreditar que o Plano Brady foi lançado "não para salvar a América Latina, mas para salvar o sistema financeiro norte-americano. Em entrevista ao jornal *Washington Post*, Sachs, um dos principais críticos da política de Washington em relação à América Latina, disse que os Estados Unidos debilitaram a economia da região e levaram muitas novas democracias "à beira do abismo".

Ao comentar a redução de 20 por cento proposta pelo Plano Brady, Sachs disse que isso é insuficiente. "Seria necessária uma redução de 50 por cento da dívida de alguns países e até de 80 por cento em alguns casos", comentou.



Conable discute com Camdessus a proposta para a dívida